



## **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS DILEMAS DO EAD PARA O SERVIÇO SOCIAL**

### ***PROFESSIONAL QUALIFICATION AND THE DILEMMAS OF EAD FOR SOCIAL SERVICE***

Lydia vitória firmino pereira ramos<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente trabalho objetiva apreender as expansões dos cursos de Serviço Social na modalidade de ensino à distância (EaD) e problematizar a participação de tais cursos (EAD) no processo formativo dos assistentes sociais. Utilizar-se-á como fonte bibliográfica a obra de NETTO (1999), assim como as reflexões produzidas por seus interlocutores, a exemplo de IAMAMOTO (2011), LIMA (2007), GUERRA (2010) e SILVA (2016). Nesta direção, buscar-se-á recuperar o debate que considera que o impacto da lógica do capital sobre a educação tem ocorrido de modo agravante no contexto neoliberal. Destarte, o EAD se associa com a dinâmica atual do capital que direciona os mercados para atender seus interesses em seu sistema de expansão e acumulação, visando à massificação da formação. Assim, a formação dos estudantes de serviço social decorrente dessas instituições de ensino é amplamente fragilizada, acrítica e despolitizada e isso implicará sobremaneira tanto no exercício profissional quanto na direção social da profissão.

**Palavras-chave:** Ensino à distância; Neoliberalismo; Serviço Social; Formação Profissional.

#### **.Abstract**

The present study aims at apprehending the expansion of social service courses in distance learning (EAD) and questioning the participation of such courses (EAD) in the training process of social workers. Will be used as a bibliographical source

---

<sup>1</sup>Graduanda em Serviço Social, pela Universidade de Pernambuco - Campus Mata Sul, tendo ingressado na mesma no ano de 2016.2. Atualmente estou desenvolvendo pesquisas na área de Violência e Ensino à distância.

NETTO (1999), as well as the reflections produced by its interlocutors, such as IAMAMOTO (2011), LIMA (2007), GUERRA (2010) and SILVA (2016). In this direction, we will seek to recover the debate that considers that the impact of the logic of capital on education has occurred in an aggravating way, in the neoliberal context. Thus, EAD is associated with the current dynamics of capital that directs markets to meet their interests in their system of expansion and accumulation, aiming at the massification of training. Thus, the training of social service students resulting from these educational institutions is largely fragile, uncritical and depoliticized, and this will imply a great deal both in the professional practice and in the social direction of the profession.

**Keywords:** Social Service; Code of ethics; Brazi Distance learning. Neoliberalism. Social service. Professional qualification..

## INTRODUÇÃO

O exercício e a formação profissional do assistente social tem sido tema presente na agenda da categoria, mas que ainda necessita ganhar maior centralidade na produção teórica acadêmica de profissionais, estudantes e pesquisadores do Serviço Social brasileiro<sup>2</sup>. Esse informe aponta a necessidade do aprofundamento de estudos e pesquisas que interpretem o movimento e as contradições das demandas as quais a profissão singulariza as expressões do capitalismo num dado momento histórico.

Os ideais neoliberais que adentraram o país na década de 1990 não apenas pregam a reformulação de um plano econômico, mas assumem a característica de uma nova ideologia de tendência global (LAURELL, 1995, p.152). Sendo assim, todas as dimensões da sociedade – políticas, ideológicas, culturais – são sistematicamente modificadas a fim de atenderem os anseios do mercado. Não obstante, a educação brasileira também é um importante alvo do projeto neoliberal, principalmente dentro da lógica mercantilista pela qual as políticas sociais brasileiras caminham.

---

<sup>3</sup> Em levantamento realizado pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) observa-se baixa produção teórica sobre os temas “trabalho e formação profissional em Serviço Social”. Dados do Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) indicam que entre os anos de 2000 e 2010 foram produzidas apenas 9 (nove) teses que discorriam sobre o exercício profissional do assistente social e 7 (sete) sobre a formação profissional nessa área (ABEPSS, 2012).

Dessa forma, “[...] são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970” (NETTO, 2012, p, 417) como mecanismo de enfrentamento à atual crise sistêmica do capital. A crise do capitalismo tardio, as suas inflexões incidem sobre o Serviço Social, sobretudo, no que concerne à produção do conhecimento.

Debruçando-se sobre as peculiaridades da atual conjuntura, surgiu o seguinte questionamento: o Ensino a Distância tem subsídios aptos para atuação profissional dos Assistentes Sociais dentro de uma totalidade social, conforme estabelecido pela ABEPSS? Nesta direção, o presente artigo preocupa-se em apreender as contradições imanentes do capitalismo que demarcam o movimento específico do nosso objeto de pesquisa: a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD. Ao título de exposição, está estruturado em três tópicos principais. O primeiro deles intitulado O trabalho, suas metamorfoses e incidências para o serviço social analisando o contexto de modificações no mundo do trabalho, a partir da relação com o capitalismo, em que devido às reestruturações produtivas atinge o trabalho e seus atuantes.

No tópico, A expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD: As inflexões na formação profissional do assistente social argumentaremos os motivos dessa massificação do ensino superior e de maneira particular, do curso de Serviço Social. Visto que, ligada aos anseios do mercado não caminha ao lado de uma formação político-profissional crítica que esteja comprometida com um projeto de sociedade livre e emancipada. Nesta mesma direção, reforçamos, nas considerações finais, tensionamentos alusivos à formação e ao exercício profissional quanto aos rumos da formação do profissional de Serviço Social.

## **O TRABALHO, SUAS METAMORFOSES E INCIDÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

As alterações na dinâmica capitalista não só atingem eminentemente o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, como também ocasionam

redefinições pertinentes no papel do Estado e nas políticas sociais, exigindo novos perfis de trabalhadores, novas requisições e demandas ao mundo do trabalho, e particularmente, novos perfis, requisições e demandas para o exercício e a formação profissional do assistente social (MELIM, 2016, p.3).

Tomando como princípio que existe uma relação dialética entre trabalho e educação<sup>3</sup>, sendo o trabalho a categoria determinante desse processo. Logo, se houver modificações no âmbito do trabalho, conseqüentemente, haverá mudanças no campo da política de educação superior e em sua formação profissional. Neste sentido, torna-se indispensável levar em consideração que a formação profissional colabora para configuração de um determinado perfil de profissional e este também irá acometer no exercício da profissão. Assim, para analisar criticamente a intensa formação profissional do Serviço Social não pode ser desligada de uma análise da categoria trabalho e do trabalho profissional do assistente social.

Entende-se, portanto, que essa reflexão sobre as novas dimensões exige um maior entendimento sobre as questões existentes, como: o perfil do trabalhador que vem se moldando segundo os interesses do capital; o perfil dos assistentes sociais para atender essa mesma finalidade; as propriedades do ensino superior e as contradições para o profissional de serviço social. Nessa direção, as possibilidades e perdas do exercício e da formação dos assistentes sociais tendo como alicerce a ordem capitalista e a luta de classes. Buscaremos assim como Brás Cubas (1881)<sup>4</sup> firmar o relâmpago para melhor captar a lógica constitutiva dos processos históricos. E além de analisar a formação profissional em Serviço Social faremos uma análise intensa das relações sociais capitalistas.

---

<sup>3</sup> Segundo Horodyski (2009), a educação é mais ampla que ensino e não é equivalente de atividades didáticas. Educação prepara para a vida em sociedade; promove saberes socialmente referenciados, ou seja, saberes que vão ao encontro das demandas, valores e necessidades da população. É formação. Dessa maneira, educação e formação são dependentes. Formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige o deciframento cotidiano da realidade social.

<sup>4</sup> Personagem de Machado de Assis no romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas” que morre e, ato contínuo, se levanta da tumba para, diante do leitor, se tornar autor de suas memórias. Narra que a história do homem e da terra é tão intensa que para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago.

O ponto de partida para a análise do Serviço Social é o de que a profissão é um produto histórico, tanto indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da economia mundial e da divisão internacional do trabalho, quanto resultante da ação dos sujeitos sociais que desenham sua trajetória e redirecionam seus rumos (IAMAMOTO, 2012, p.50).

O Serviço Social consiste em uma profissão que se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho em um determinado momento histórico do capitalismo para atender os interesses e garantir a reprodução social da ordem vigente. Assim, a profissão se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, resultado de determinantes que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional.

No Brasil, o Serviço social começou a se institucionalizar por volta da década de 1930, com a participação da Igreja, do Estado e do empresariado. Nesse contexto, [...] O Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. (YAZBEK, s/a, p.6).

Na década de 1930, com a presença de um Estado totalitário, as lutas existentes da classe trabalhadora exigindo, por parte do governo, medidas “eficientes” no enfrentamento da “questão social”. Unido a isto, a Igreja Católica propagava junto ao Estado o ideal de paz e progresso. A Igreja, enquanto instituição aliada ao projeto burguês foi responsável pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais, sendo incumbida de ministrar os conteúdos teóricos e práticos. O Serviço Social terá como referências teóricas para formação o ideário franco-belga e o pensamento de São Tomás de Aquino. Diante dessa formação, o modo como as assistentes sociais tratavam os usuários permeavam sob uma perspectiva moralizante e culpabilizadora, sendo os indivíduos responsabilizados pelas suas condições de miserabilidade.

A profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, mas as lutas por melhores condições de vida da classe trabalhadora e na medida em que as forças de produção e desenvolvimento apresentam índices de crescimento, aparece um descontentamento com o Serviço social tradicional e, essas insatisfações colaboraram para a nova estrutura da profissão.

A década de 1980 foi de grande avanço tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica dominaram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc..., dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente a classe trabalhadora, acarretando fortes mudanças no ser do trabalho (ANTUNES, 2006, p. 23).

Assim, para atender às exigências do mercado um novo perfil de trabalhador vai se gestando. É necessário que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita ao trabalhador executar várias atividades ao mesmo tempo. É a chamada polivalência do trabalhador, que favorece a desespecialização e valoriza a figura do trabalhador multifuncional (MELIM, 2006, p.5).

E ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995; NETTO, 1996; PEREIRA, 2008).

#### A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD: AS INFLEXÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O aparecimento do curso de Serviço Social como nicho de destaque interage diretamente com uma demanda do mercado de trabalho, no modelo que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes na contemporaneidade. Não é mera causalidade que a expansão da formação

profissional em Serviço Social pelo Ensino a Distância (EaD) esteja acontecendo juntamente à desqualificação dos padrões de atendimento às expressões da questão social.

A descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controle dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares [...] Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza [...] (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010, p. 6, grifos nossos).

A discussão sobre o crescimento do ensino de graduação a distância no Brasil pode ser detectada devido ao processo histórico que motivou na contrarreforma do Estado brasileiro e da Política de Educação Superior. O perfil da política educacional brasileira, a partir dos anos 1990 e, principalmente, no pós-2000, aparece tencionando de maneira mercantilizada, principalmente no nível superior de ensino. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001,2 e chegando ao atual governo Dilma (2011), a via preferencial de expansão do Ensino Superior tem sido a do setor privado mercantil e, com a chancela legal da LDB, também por meio do ensino a distância (EAD).

Como assiná-la Mézáros (2008), o impacto da lógica do capital sobre a educação tem ocorrido de modo agravante. Assim, o EAD se associa com a dinâmica atual do capital que direciona os mercados para atender seus interesses em seu sistema de expansão e acumulação, visando à massificação da formação. A expansão dessa modalidade de ensino tem se configurado nos últimos anos uma das principais políticas recomendadas pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, a UNESCO e a OMC que inflam em seus documentos o discurso da suposta “democratização do ensino”. Nesse caminho Lima (2007) nos alerta que uma reflexão cuidadosa deve demonstrar que o ensino de graduação à distância, pela sua forma e conteúdo, constitui-se “em mais uma estratégia de privatização da

educação, configurando-a como um promissor 'mercado educacional', principalmente para os empresários estadunidenses e europeus" (p. 81).

Os governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) preservaram a política econômica. Conseqüentemente, a expansão do acesso aumentou seja, por um lado, pelo Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e também através do Programa Universidade para Todos (Prouni). De outro, pelo incentivo eficaz à expansão do EAD. Quanto ao EAD, o Censo da Educação Superior 2009 revela um importante crescimento, em relação ao ensino presencial: Os cursos de graduação tiveram um crescimento de 13% em relação ao ano de 2008. Quanto à modalidade de ensino, os cursos de educação à distância (EAD) aumentaram 30,4%, enquanto os presenciais 12,5%. Esse comportamento também é acompanhado pela evolução do número de matrículas nos cursos EAD, as quais, em 2009, atingiram 14,1% do total de matrículas na graduação (Inep/MEC, 2010, p. 14).

É perceptível o aumento das IES privadas em relação à quantidade de públicas, processo desenvolvido por intermédio da diferenciação institucional das IES, pois não houve grande crescimento de universidades (estas que são pautadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão). A lógica, portanto, é dimensionar a expansão de instituições voltadas somente para o ensino de graduação, limitando as possibilidades de ampliação das vivências acadêmicas e políticas. Nesse cenário, o EaD tornou-se um dos mecanismos mais utilizados na expansão, interiorização e regionalização da educação. (SILVA, 2016, p. 156)

Entre os cursos com maior oferta de vagas na modalidade à distância o curso de Serviço Social ocupa o terceiro lugar, perdendo apenas para a Pedagogia e a Administração (INEP, 2011). Isso pode ter acontecido devido ao pouco investimento que o Serviço Social precisa para a sua formação e continuidade o que causou interesse no empresário e nos estudantes, já que são oferecidos com valores inferiores no mercado.

Outros dois elementos também podem ser considerados para esta análise, como bem destacam Braz e Rodrigues (2013):

[...] além de ser um curso de natureza interventiva e, portanto, mais apto à formatação de um ensino técnico e meramente instrumental, o Serviço Social tem se apresentado como um artigo de 'venda fácil' – uma mercadoria com forte apelo mercantil, porque muito mais barata que os demais cursos de EaD e, ainda, portadora da capacidade (ilusória) de aumentar, no curto prazo, a 'empregabilidade' dos seus alunos consumidores (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 274 – 275).

Posto que, informações levantadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) mostram várias contrariedades relacionadas ao curso, tendo desconsiderado as legislações e normativas vigentes ao Serviço Social brasileiro. Esses dados foram analisados em documento produzido pelas três entidades nomeado “Sobre a Incompatibilidade entre Serviço Social e Graduação a Distância” volumes I e II (2010; 2014).

Os documentos mostram a ausência de projetos pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do MEC; tutores não assistentes sociais substituindo professores; descumprimento da Lei Federal de Estágio 11.788/2008 e da Resolução CFESS nº 533/2008 que disciplina o processo de supervisão direta de estágio em Serviço Social, enquanto atribuição privativa dos assistentes sociais; forte instabilidade institucional e fragilidades administrativas dos polos; ausência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além de sérias denúncias de assédio moral junto aos assistentes sociais que se negam a supervisionar os estagiários oriundos de tais cursos (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010).

Sabe-se que a maior parte das vagas dos cursos de Serviço Social é ofertada através da graduação à distância. Segundo dado do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), observa-se que a UNOPAR tem sido responsável, sozinha, pela oferta de 21.150 vagas anuais para o curso de Serviço Social - Tabela 1- mostra as IES que ofertam atualmente cursos de Serviço Social na modalidade EAD.

Tabela 1- Cursos de Serviço Social EAD: IES, natureza jurídica, vagas totais anuais e data de funcionamento do curso.<sup>5</sup>

IES	Natureza jurídica	Vagas totais anuais	Data de funcionamento do curso
Universidade Tiradentes (Unit)	Privada com fins lucrativos	5.000	2006
Universidade do Tocantins (Unitins)	Pessoa Jurídica de Direito Público – Estadual	2.760	2006
Universidade Anhanguera– (Uniderp)	Privada com fins lucrativos	16.800	2007
Universidade de Uberaba (Unube)	Privada sem fins lucrativos	55	2007
Universidade do Norte do Paraná (Unopar)	Privada com fins lucrativos	21.150	2007
Universidade Paulista (Unip)	Privada sem fins lucrativos	60	2008
Centro Universitário Newton Paiva (Newton Paiva)	Privada com fins lucrativos	2.500	2008
Universidade de Santo Amaro (Unisa)	Privada sem fins lucrativos	516	2008
Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselv)	Privada com fins lucrativos	1.300	2008
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	Privada sem fins lucrativos	100	2008
Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran)	Privada sem fins lucrativos	3.000	2008
Centro Universitário Claretiano (Ceucar)	Privada sem fins lucrativos	900	2009
Universidade Estácio de Sá (Unesa)	Privada com fins lucrativos	1.660	2010
Universidade Salvador (Unifacs)	Privada com fins lucrativos	850	2010
Total de vagas anuais	X	56.651	X

O projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro revela a visão do homem fundamentado na ontologia do ser social. Expressa também a relação de um projeto de formação e profissão a um princípio ético fundamental: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

Direcionada para preservar, no ambiente universitário, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos –, e realizar a sua crítica –, voltados aos interesses das maiorias: uma universidade que seja um centro de

<sup>5</sup> Fonte: Tabela elaborada com base nos dados do Inep, retirados do Sistema e-MEC, em 10 de junho de 2011.

produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades; também uma instituição voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado (IAMAMOTO, 2007, p. 432)

O amadurecimento do senso crítico da profissão foi de extrema importância para a construção coletiva do Projeto Ético-Político, entendido por Netto (2006) como instrumento que dimensiona a direção social e ético-política profissional. A historicidade da profissão tem como patrimônio político-pedagógico, situado como referência fulcral no processo de formação profissional, o documento das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), de 1996.

Assim, o projeto de formação profissional elaborado democrática e coletivamente pela categoria profissional liderada pela então ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (1996) –, envolve o comprometimento com uma direção que tenha definido que tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar (ABESS/CEDEPSS, 1996). Das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, percebemos que existe um compromisso com a qualidade da formação profissional. Dentre eles, destacamos:

[...] 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.6).

Diante dessa situação, considera-se que o EAD está distante de se firmar como uma possibilidade democrática ao Ensino Superior, pois se mostra na qualidade de uma política que reafirma as desigualdades do país; que garanti aos ricos um ensino peculiar enquanto aos que não possuem condições de ter uma

formação de qualidade apresentam os cursos de EAD- expressão da precarização e mercantilização da educação.

Com a intenção de indagar a formação do profissional em Serviço Social, no EAD, analisamos o documento intitulado Guia de percurso do curso de Serviço Social, da Unopar. Este documento refere-se à proposta político-pedagógica de formação, as características da metodologia de ensino e do formato da organização curricular. De acordo com o guia, o objetivo do curso de Serviço Social na modalidade EaD é:

[...] formar profissionais com capacidade teórica, técnica, política e ética inserida e comprometida com o projeto societário emancipatório. O curso objetiva formar profissionais com capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da ‘questão social’ – para intervenção profissional comprometida com os valores de liberdade e justiça social. (UNOPAR, 2013, p. 7).

Nota-se uma grande contradição quando afirma que o curso de Serviço Social no EaD está comprometido com uma sociedade emancipada. A metodologia de ensino e o formato pedagógico adotado não coincidem para tal emancipação; ao contrário, torna o sujeito cada vez mais preso aos ditames do capital, a partir do momento que o processo formativo toma como referência uma racionalidade instrumental, entregando ao mercado de trabalho o que denominamos de operadores ou tarefeiros da intervenção social.

## **CONCLUSÃO**

A formação em Serviço Social, conforme as Diretrizes Curriculares da Abepss (1996) propõe um processo formativo crítico, com reconhecimento da importância da dimensão investigativa, aprofundamento da teoria crítica e amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo; assim, a dinâmica formativa pautada em “apostilas”, “módulos”, conteúdo dado de modo sintético, fragmentado e aligeirado inviabilizam o fortalecimento pedagógico e ideopolítico crítico da formação profissional. (SILVA, 2016, p. 169) “Tais condições esvaziam a possibilidade de formação de profissionais críticos, capazes de desvelar a realidade, sob a ótica dos interesses da classe trabalhadora. Pois como apreender uma teoria social crítica nas condições desastrosas de formação

apontadas?” (PEREIRA, 2008, p. 195). Trata-se de um processo agravante de precarização da formação.

Logo, essa precarização refleti diretamente na formação desse indivíduo como profissional, uma nova roupagem na categoria, nas aproximações com outras temáticas, de atender a demanda que levando em consideração a totalidade, de fazer um estudo social no que lhe compete e não apenas para atender a política institucional que é imposta.

Em vista disso, o EAD isolado não tem subsídios aptos para atuação profissional dos Assistentes Sociais dentro de uma totalidade social, com um senso crítico, propositiva, como, estabelecido pela ABEPSS, deve ser o perfil do assistente social. A formação dos profissionais direciona-se para prática, para técnica, secundarizando a problematização teórica e crítica. Trata-se de uma formação, portanto, que remete à pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2012, p. 14), cujo objetivo principal é “[...] aprender a fazer”.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Serviço Social & Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAZ, M; RODRIGUES, M. O ensino em Serviço Social da era neoliberal (1990 – 2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SILVA, J. F. S; SANT’ANA, R. S; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). Sociabilidade burguesa e Serviço Social. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- BEHRING. Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. CFESS Manifesta: Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social. Brasília (DF), 2011.

CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2010.

CFESS. Sobre a incompatibilidade de graduação à distância e Serviço Social. Brasília (DF): 2014. V.2.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico metodológica. 34. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In.; Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. – 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 104, 2010.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; BORGES NETO, Hermínio. A educação à distância no Brasil em tempos de contrarreformas: expansão, lógica discursiva e centralidade no Plano Nacional de Educação (2011-2020). Lecturas, educación física y deportes, Buenos Aires, v. 199, s.p., 2014.

MELIM, Juliana Iglesias. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A DISTÂNCIA DA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL, 2016. Serv. Soc. & Saúde, n. 2 (22), v. 15. Campinas, jul./dez.2016, pp 155-178.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José. A questão social na América Latina. In: A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Maria Lucia Teixeira Garcia, Eugênia Célia Raizer (Orgs.). Vitória, ES: EDUFES, 2012.

PEREIRA, Larissa. Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, Larissa. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

SILVA, Antonio Israel. Crítica à formação profissional em Serviço Social no ensino a distância, 2016. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº 37, v. 14. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2016, pp 150-170.